



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

Aos 07 dias do mês de setembro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na(o) Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Aprovação das atas n.ºs 135 e 136;**
2. **Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 918/XIV/2.ª (IL) - “Aumenta a participação variável dos municípios para até 10% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial (11.ª alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)”;**
Cabe ao GP PSD
3. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1410/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de escolha dos membros do Conselho de Administração do Banco Português de Fomento, retire a proposta de designação de Vítor Fernandes e indique um nome alternativo”;**
4. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1411/XIV/2.ª (CH) – “Pela revogação da nomeação de Vítor Fernandes como ‘chairman’ do Banco de Fomento e escrutínio prévio da Assembleia da República”;**
5. **Prorrogação do prazo da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª (GOV) - “Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025” - Requerimento GPPS;**
6. **Deliberação sobre emissão de parecer à Proposta de Lei n.º 105/XIV/2.ª (ALRAM) - “Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores - Sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior”;

Cabe ao GP PS

Comissão competente: 8.ª CECJD

7. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, e da diretora-geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais (GEPAC), Fernanda Soares Heitor;**

8. **Outros assuntos.**

1. **Aprovação das atas n.ºs 135 e 136;**

Colocadas conjuntamente à discussão, não se verificou qualquer pedido de palavra, pelo que se procedeu imediatamente à votação, tendo as atas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN e CH.

2. **Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 918/XIV/2.ª (IL) - “Aumenta a participação variável dos municípios para até 10% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial (11.ª alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)”;**
Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) indicou que iria ser o autor do parecer.

3. **Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1410/XIV/2.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de escolha dos membros do Conselho de Administração do Banco Português de Fomento, retire a proposta de designação de Vítor Fernandes e indique um nome alternativo”;**

O Senhor Presidente informou os presentes de que a Comissão havia recebido um email do senhor Deputado Nelson Silva (PAN), indicando que pretendia ver discutido o projeto



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

de resolução em Comissão. Mais disse que este iria ser agendado para reunião subsequente.

- 4. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1411/XIV/2.ª (CH) – “Pela revogação da nomeação de Vitor Fernandes como ‘chairman’ do Banco de Fomento e escrutínio prévio da Assembleia da República”;**

Estando o DURP CH presente na reunião através de vídeo conferência, o senhor presidente questionou-o sobre a metodologia que pretendia adotar para apreciação do projeto de resolução, não tendo, contudo, obtido resposta por parte do senhor deputado.

- 5. Prorrogação do prazo da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª (GOV) - “Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025” - Requerimento GPPS;**

O senhor deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou o requerimento tendo concluído que, devido a especificidades da proposta de lei, não há condições ainda para discuti-la, solicitando a prorrogação do prazo para apreciação na especialidade por mais 45 dias.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) interveio para dizer que este é o segundo pedido de prorrogação, o qual veio confirmar o que o PSD sempre disse: o Governo do PS está em dificuldades de negociações com os parceiros políticos à esquerda, nomeadamente com o PCP que anunciou que iria votar contra o diploma se este não sofresse alterações, pelo que procura atrasar este processo para que a sua discussão ocorra em simultâneo com a discussão do orçamento do estado para 2022. Concluiu dizendo que se verifica uma instrumentalização deste processo legislativo, o que não é aceitável, pelo que o GP PSD iria votar contra este pedido de prorrogação. Não se verificando mais pedidos de palavra, o requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PS, BE e PCP, os votos contra do PSD, CDS-PP e IL, na ausência do PAN e CH.

- 6. Deliberação sobre emissão de parecer à Proposta de Lei n.º 105/XIV/2.ª (ALRAM) - “Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores - Sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior”;**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

Cabe ao GP PS
Comissão competente: 8.ª CECJD

Tendo sido deliberado que seria emitido parecer á proposta de lei, o senhor deputado Fernando Anastácio (PS) comunicou que o GP PS indicaria, até ao dia seguinte, o deputado que ficaria encarregue de elaborar o parecer.

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, e da diretora-geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais (GEPAC), Fernanda Soares Heitor;

A senhora deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o requerimento começando por salientar que entende que esta discussão deverá ocorrer em conjunto com a Comissão de Cultura, pois esta é uma questão daquela Comissão, embora a questão que aqui suscita seja uma questão fiscal à qual a COF não pode ser alheia. Salientou de seguida que quando o projeto Garantir Cultura foi lançado pelo Governo, não foi explicitado o seu enquadramento fiscal, que apenas ficou claro já num momento muito posterior. Assim, há questões fiscais que se têm levantado e que são objeto de preocupação, nomeadamente a questão do tratamento do IVA quando a entidade que beneficia do financiamento não é uma empresa e, bem assim, o tratamento fiscal do recebimento do apoio, nomeadamente definir se este consubstancia um rendimento.

Antes de passar a palavra ao senhor deputado Fernando Anastácio (PS), o senhor Presidente questionou se havia sido apresentado requerimento semelhante na Comissão de Cultura, ao que a senhora deputada Mariana Mortágua (PS) respondeu que não, dizendo que aquela comissão poderia ser convidada para a audição ou que poderia apresentar igualmente o requerimento naquela Comissão.

O senhor deputado Fernando Anastácio (PS) disse entender as questões colocadas pertinentes. Sugeriu, sem prejuízo da audição, que preliminarmente, o Ministério das Finanças, fizesse o enquadramento fiscal da questão, o que seria útil para a futura audição.

A senhora deputada Cecília Meireles (CDS-PP) manifestou a sua concordância com as questões levantadas, dizendo que o Parlamento estava aqui a desempenhar o papel de "Serviços do Governo", mas que, uma vez que o trabalho de casa não tinha sido feito



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

na altura do lançamento do projeto, importava agora resolver. Concluiu dizendo não se opor à sugestão do Senhor Deputado Fernando Anastácio.

O senhor deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse que iria aprovar o requerimento, que esta questão teria que ser esclarecida e que embora entendesse ser pertinente ter um documento de base, a obtenção de tal documento não deveria ser motivo para adiar a audição pelo que sugeriu que o próprio requerente solicitasse, se assim o entendesse, o enquadramento fiscal do tema à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, sem que, por esse motivo fosse adiada a marcação da audição, que deverá ocorrer o mais rápido possível e independentemente daquele pedido.

Antes de passar a palavra ao senhor deputado Duarte Alves (PCP) o senhor presidente começou por dizer que, por motivos de relações institucionais, a audição da diretora-geral seria sempre anterior à audição do Secretário de estado. Fez de seguida uma síntese das várias intervenções, sugerindo como procedimento a adotar que: (i) o BE apresentasse idêntico requerimento de audição na Comissão de Cultura; e (ii) a Mesa solicitasse desde já pronúncia técnica urgente sobre as questões suscitadas à Secretaria de Estado, o que facilitaria a audição.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse concordar com o requerimento. Disse que a forma como o Governo parece estar a limitar os apoios concedidos ao abrigo deste programa tem que ser escrutinada. Mais disse concordar que a audição fosse realizada conjuntamente com a Comissão de Cultura, havendo uma articulação entre as duas Comissões cujo operacionalização ficaria a cargo da Mesa.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) interveio para dar o seu acordo ao requerimento, independentemente da forma de articulação entre as Comissões e do enquadramento prévio da mesma.

A senhora deputada Mariana Mortágua (BE), disse que iria proceder à formalização do requerimento junto da Comissão de Cultura, salientando que estas audições são urgentes. Também disse não se opor a um enquadramento da questão pelo Ministério das Finanças, embora, entenda que esta questão não é meramente técnica.

Em síntese, considerando que poderia ser dado por aprovado requerimento, o senhor presidente solicitou à senhora deputada Mariana Mortágua (BE) que procedesse a uma formalização do pedido junto da Comissão de Cultura, mais dizendo que iria articular com o presidente daquela comissão a forma de proceder às audições em conjunto e de



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

forma sequencial, iniciando pela senhora diretora geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais.

8. Outros assuntos

O Senhor Presidente disse que era necessário fixar de prazo para apresentação de propostas de alteração ao projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores” e Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores” a ele conexo, sugerindo que este fosse fixado para dia 17 de setembro. O Senhor deputado Hugo Caneiro (PSD) disse entender que este processo deveria ficar para depois das eleições autárquicas, por entender não haver muito tempo. Não se opondo à proposta do PSD, o senhor deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou que o processo fosse concluído antes do início do processo orçamental. Perante as duas intervenções, o senhor presidente, sugeriu que o prazo fosse fixado para 1 de outubro. Pelos mesmos motivos, o fim do prazo para propostas de alteração ao Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª – “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento” foi também fixado para 1 de outubro. Relativamente à audição do Conselho de Finanças Públicas, o senhor presidente disse mantendo-se as restrições à realização presencial de audições, esta será realizada por videoconferência exceto se solicitada a realização e esta seja devidamente autorizada pelo Presidente da Assembleia da República. Nesta sequência, o Senhor deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), solicitou que fosse requerido ao Presidente da Assembleia da República a audição presencial, o que o Senhor Presidente disse que iria fazer. Relativamente à tramitação da Proposta de Lei n.º 94/XIV/2.ª, o senhor presidente, informou está pendente a marcação de audição de quatro entidades, questionando se haveria disponibilidade na próxima semana ou se o agendamento ficaria também para depois das eleições autárquicas.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

O senhor Deputado Fernando Anastácio, disse que gostaria de concluir este processo o mais brevemente possível, pelo que gostaria de poder avançar com pelo menos alguma das audições assim que possível.

O senhor deputado Hugo Carneiro (PSD) disse que sem prejuízo de este processo legislativo dever ficar concluído antes do final do ano, este é um processo extremamente complexo e que exige maturação.

Nesta sequência, o senhor presidente concluiu que a semana de 19 a 24 não será utilizada para agendar estas audições.

A reunião foi encerrada às 15:47 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 setembro 2021.

O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 137/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
João Gouveia (PS)
Miguel Matos (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
André Ventura (CH)
João Cotrim De Figueiredo (IL)
Carlos Pereira (PS)
Hugo Costa (PS)
Joël Bouça Gomes (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Ivan Gonçalves (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia (PS)
Ricardo Vicente (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Nelson Silva (PAN)